

International Development

Summer Course



26-30 may 2025
5th edition

Tiago de Matos Fernandes
Lisboa, junho de 2025

O conteúdo deste documento é da responsabilidade dos intervenientes no *International Development Summer Course* e em nenhum caso pode considerar-se como refletindo o ponto de vista dos organizadores do evento.

Resumo Geral do Evento Sumário das Reflexões

Introdução

Nos passados dias 26 a 30 de maio de 2025, decorreu a V Edição do IDSC - *International Development Summer Course* (Curso de Verão em Desenvolvimento Internacional), subordinado ao tema “Cooperação num mundo em disrupção: Quem define as regras?”. O curso foi organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, pela Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desen-

volvimento e pelo Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa/ Oficina Global.

O curso, organizado em torno de cinco mesas-redondas (e correspondentes painéis temáticos), foi ministrado através de uma plataforma digital online (com interpretação simultânea para português e inglês). Enquanto evento focado na construção do conhecimento, do pensamento crítico e da procura de respostas para questões e problemas de um mundo interdependente, o IDSC tem vindo a promover, desde a sua primeira edição, o reforço do conhecimento sobre as tendências e desafios do Desenvolvimento Global de todos os intervenientes que nele participam.

O panorama do Desenvolvimento e da Cooperação Internacional está a passar por uma transformação profunda. À medida que se multiplicam as crises globais — desde tensões geopolíticas e instabilidade econó-

mica até às alterações climáticas e pandemias — as formas de envolvimento internacional estabelecidas estão a ser questionadas. Quem decide as regras do Desenvolvimento nesta ordem mundial em mutação? Estaremos a assistir ao declínio dos modelos tradicionais da Ajuda ao Desenvolvimento, e, se for esse o caso, o que os irá substituir?

A Ajuda ao Desenvolvimento tem sido, há muito, apresentada como um instrumento de progresso, mas a sua eficácia e motivações continuam a ser alvo de intenso debate. Enquanto alguns veem a Ajuda como uma forma de combater as desigualdades globais, outros argumentam que esta aprofunda a dependência, perpetua encargos financeiros e funciona como instrumento de influência geopolítica. À medida que os fluxos da Ajuda se entrelaçam cada vez mais com políticas comerciais, investimentos estrangeiros e interesses estratégicos, a linha que separa a assistência da influência torna-se cada vez mais ténue.

Com o aumento do ceticismo em relação aos paradigmas tradicionais da Ajuda ao Desenvolvimento, o debate está a deslocar-se para abordagens alternativas. Estaremos a caminhar para um mundo pós-Ajuda, onde os países procuram independência financeira e emergem novos modelos de Cooperação global? Se assim for, quem definirá estas novas regras, e que princípios as orientarão?

Esta edição do IDSC proporcionou uma plataforma para enfrentar estas questões prementes. O futuro do Desenvolvimento não está pré-determinado; é moldado pelas dinâmicas globais em evolução e pelas escolhas feitas por decisores políticos, instituições e sociedades. Através do debate e do confronto de diferentes perspetivas, esta edição do IDSC serviu para explorar estruturas alternativas, reavaliar paradigmas dominantes e contribuir para uma visão mais atualizada da Cooperação Internacional. A questão não é se haverá mudança. A questão é: quem a irá controlar e como irá ela evoluir?

A V Edição do IDSC, levando em consideração a complexidade dos desafios que se colocam à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, acima expostos de forma resumida, contou com a presença de pensadores e profissionais de desenvolvimento de referência nacional e internacional, e foi organizado em torno dos seguintes temas:

- Ajuda, Comércio ou Farsa: o que move a Cooperação Internacional?
- A Cooperação Internacional como alavanca: Quando a Ajuda se torna em dívida
- Crescimento Económico = desenvolvimento?
- Democracia no Vazio: Pode a democracia por si só gerar Desenvolvimento?
- Pós-Ajuda ou Pós-Desenvolvimento? Repensar o Financiamento Global.

Todos os painéis contaram com a facilitação de um moderador. O conjunto das sessões foi apresentado por um moderador geral (Tiago de Matos Fernandes, Consultor de Desenvolvimento Internacional), a quem

competiu fazer a abertura e o resumo final de cada sessão, bem como a ligação temática entre as mesmas.

A sessão de abertura foi levada a cabo por Maria Hermínia Cabral, Diretora do Programa Parcerias com África da Fundação Calouste Gulbenkian, e por Carla Paiva, Presidente da Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento.

O presente documento tem como objetivo resumir as conclusões gerais do evento, bem como apresentar um resumo das intervenções realizadas em cada painel.

sessão 1

26 de maio de 2025

Ajuda, Comércio ou Farsa: o que move a Cooperação Internacional?

Contexto

A sessão destinou-se a oferecer uma reflexão crítica sobre a evolução das motivações subjacentes à cooperação internacional e o futuro das parcerias globais num panorama financeiro em rápida mutação. Foram examinados novos mecanismos de cooperação, como o *Global Gateway* da União Europeia, bem como a forma como a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), o

comércio, a segurança e os interesses comerciais se cruzam na formação de atuais parcerias globais.

À medida que a cooperação internacional evolui, as fronteiras tradicionais entre APD, comércio e interesses geopolíticos são cada vez mais ténues. A APD continua a ser um instrumento para um desenvolvimento genuíno ou tornou-se um veículo para garantir a influência económica e estratégica? Será que estamos a assistir à financiarização da APD, em que o financiamento está cada vez mais ligado a retornos políticos e económicos? Com a ênfase crescente na alavancagem do financiamento privado para o desenvolvimento e a mudança das prioridades dos doadores, impulsionada por pressões económicas e geopolíticas, foram exploradas as implicações para os países beneficiários e as dinâmicas do poder em ascensão num mundo cada vez mais pós-Ajuda.

Moderador e participantes

A sessão foi moderada por Inês Pinto da Costa (jornalista), e contou com a participação de Ewelina Oblacewicz

(Africa Europe Foundation) e de Giovanni Valensisi (CNUCED/UNCTAD).

Resumo das intervenções

a) Giovanni Valensisi começou por recordar que, segundo os dados da OCDE, a APD atingiu o valor recorde de 223,7 mil milhões de dólares em 2023 (um aumento marginal de 1,6% em termos reais), indicando, aparentemente, um aumento do financiamento para o desenvolvimento;

b) No entanto, segundo o relatório da EURODAD de análise à APD em 2023, este valor recorde oculta grandes flutuações nos orçamentos e nas alocações de Ajuda entre os países ricos. Apenas 24,2% do total da APD foi destinada aos Países Menos Avançados (PMA), ao mesmo tempo que a Ajuda programada - Ajuda que é destinada a apoiar os países do Sul Global a nível dos seus orçamentos e para ser utilizada nas suas prioridades de desenvolvimento - continua a diminuir. Já a Ajuda ligada - que obriga os beneficiários a comprar bens e serviços do país doador - atingiu 12% do total;

c) A percentagem média das contribuições dos países membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE ronda os 0,37% do Produto Interno Bruto (PIB) (ainda longe dos 0,7% estabelecidos como objetivo a alcançar);

d) Em geral, assiste-se a um decréscimo dos fluxos da APD canalizada para os países menos desenvolvidos e para o continente africano;

e) A modalidade da Ajuda através de empréstimos concessionais tem ganho importância (ainda que o auxílio através de subvenções continue a ser prioritário), mas tem aumentado a dependência dos países do Sul Global relativamente às instituições credoras (há 38 países no mundo que pagam mais pelo serviço da dívida do que o valor que recebem a título de APD - na prática, esses países estão a transferir mais recursos para os seus credores do que recebem de Ajuda externa para projetos de desenvolvimento);

f) Por outro lado, embora tenham sido desenvolvidos novos instrumentos de Ajuda nos últimos anos, designadamente na modalidade de *blended finance* (combinação de fundos públicos e privados destinados a apoiar investimentos em projetos de desenvolvimento sustentável), eles têm sido utilizados sobretudo em países de renda média;

g) De resto, muitos dados sobre o valor e natureza da APD escapam ao nosso conhecimento, uma vez que muitos dos fluxos financeiros da cooperação sul-sul e dos doadores emergentes (como o Brasil, por exemplo) não são contabilizados, já que esses doadores não integram o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE;

h) Em geral, verifica-se uma maior tendência de financiamento de programas de Ajuda humanitária e de emergência, em detrimento do apoio a projetos de desenvolvimento humano;

i) No mesmo sentido, há um menor enfoque no apoio a programas de redução da dívida, quando comparado com o apoio aos programas de Ajuda humanitária;

j) As previsões vão no sentido de, em 2024, o volume total da APD ter sofrido uma redução na ordem dos 20% relativamente ao ano de 2023 (tendência comum a todos os doadores);

k) Ewelina Oblacewicz sublinhou que as questões da segurança e da soberania se tornaram preponderantes e que influenciam as novas abordagens à cooperação para o desenvolvimento (a iniciativa *Global Gateway* da União Europeia deve ser entendida nesse contexto, como resposta à *Belt and Road Initiative* da China);

l) Note-se, no entanto, que o paradigma tradicional da Ajuda já estava em crise antes de 2025 e que os países do Sul Global terão necessariamente de se adaptar a esta nova realidade;

m) No caso do continente africano, Ewelina recordou que existem vários tipos de fontes externas e internas de financiamento, que os países deverão saber aproveitar;

n) No que diz respeito às fontes de financiamento externas, salientou i) a APD; ii) a dívida pública; e iii) os recursos alocados através de projetos de investimento privado.

o) Quanto às fontes de financiamento internas, elencou as seguintes: i) receitas fiscais (impostos e taxas); ii) remessas dos emigrantes; iii) fundos soberanos; iv) fundos de pensões; e v) recursos naturais;

p) O continente africano deverá saber aproveitar os recursos colocados à sua disposição, evitando colocar-se numa situação de exploração e dependência, até porque a Ajuda externa nunca é totalmente altruísta;

q) Os países têm de ser mais estratégicos na forma como tiram partido da APD, evitando situações de condicionalismo, e devem encontrar

as formas inovadoras destinadas a garantir o seu crescimento e desenvolvimento;

r) Por exemplo, poderão colaborar com outros atores emergentes (como a Turquia, o Catar ou a Arábia Saudita), mas tentando sempre evitar cair em situações de dependência económica;

s) A criação e desenvolvimento de zonas de comércio livre (designadamente no continente africano) são também consideradas uma oportunidade para mitigar a exposição dos países do Sul Global à Ajuda de países terceiros, através da interligação das economias ao nível regional.

sessão 2

27 de maio de 2025

A Cooperação Internacional como alavanca: Quando a Ajuda se torna em dívida

Contexto

Atualmente, a forma como a Ajuda internacional é utilizada oscila entre ser um contributo genuíno para o desenvolvimento e um mecanismo de endividamento e de exercício de influência geopolítica sobre os países beneficiários. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento, outrora vista

como uma forma de promover o crescimento, pode agora ser estrategicamente utilizada para criar dívidas insustentáveis e garantir uma influência económica.

O último relatório da CNUCED/UNCTAD *World of Debt Report* demonstra as complexidades da sustentabilidade da dívida no âmbito do sistema financeiro global e as dinâmicas neocoloniais que acompanham frequentemente as práticas de empréstimo internacional. A dívida tornou-se cada vez mais um mecanismo de influência, estando a APD ligada a interesses geopolíticos e económicos e não a objetivos de desenvolvimento.

Estarão as armadilhas da dívida a moldar o futuro dos países em desenvolvimento, diminuindo a sua soberania e prendendo-as em ciclos de dependência? O que é que isto significa para as estruturas de governação, à medida que os países se debatem com obrigações de dívida crescentes? A atual crise da dívida é apenas um desafio económico ou reflete uma estratégia

geopolítica mais ampla dos países doadores para manter a hegemonia global? Além disso, qual é o impacto da dívida na incapacidade de promover o desenvolvimento humano, uma vez que o serviço da dívida desvia recursos críticos de investimentos em cuidados de saúde e em educação? E, em última análise, será que a dívida representa não só um fardo externo, mas também um fracasso da governação interna no contexto dos desequilíbrios de poder globais?

Moderador e participantes

A sessão foi moderada por Luís Pais Bernardo (Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento/Instituto Superior de Economia e Gestão), e contou com a participação de Iolanda Fresnillo (*European Network on Debt and Development* (EURODAD) e Ebenezer Obadare (*Council on Foreign Relations*).

Resumo das intervenções

a) Iolanda Fresnillo começou por chamar a atenção para a natureza multidimensional da crise do Desenvolvimento que vivemos: é si-

multaneamente uma crise da Ajuda e uma crise da Dívida;

b) Além dos dados já partilhados na sessão anterior, relativos à diminuição do valor total absoluto da APD, na ordem dos 7%, entre 2023 e 2024, Iolanda Fresnillo alertou para o facto de, em 2023, 14% da APD ter sido destinada a custos com refugiados nos países doadores, o que se refere às despesas de apoio a refugiados e requerentes de asilo nos países doadores. Esse valor de 14% representa uma parcela significativa da APD total e, em alguns países, chega a representar mais de um quarto da APD;

c) Recordou também que a APD está a ser cada vez mais canalizada sob a forma de empréstimos (só no financiamento climático, 70% da APD realizada nessa modalidade);

d) Em 2023, alguns países em desenvolvimento viram os seus pagamentos de serviço da dívida excederem o valor do financiamento externo recebido a título de subvenções e empréstimos;

e) Atualmente, há 130 países altamente endividados no mundo, sendo que 3,3 bilhões de pessoas vivem em países que pagam mais juros da dívida do que investem em programas de saúde e educação;

f) Por exemplo, no caso de Angola, 65% do seu PIB destina-se a pagar o serviço da dívida. Por essa razão, muitos países acabam por privatizar os serviços públicos, para poderem aliviar o custo da dívida pública (na prática, se todos os países do mundo cumprissem as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na totalidade, ficariam falidos);

g) A grande maioria dos credores são privados, sendo que 1/3 da dívida é titulada por organizações multilaterais (como o FMI);

h) A Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD₄), em Sevilha, assim como o Jubileu de 2025 da Igreja Católica, são oportunidades para relançar as campanhas de cancelamento da dívida;

i) Na FfD₄, os Estados-Membros da ONU devem concordar em lançar um processo intergovernamental para a criação de uma convenção-quadro da ONU sobre dívida soberana, destinada a pôr fim a dívidas insustentáveis e ilegítimas. A convenção-quadro da ONU sobre dívida soberana deve abranger o consenso global sobre as regras, os princípios e as estruturas necessárias ao longo das diferentes fases interdependentes do ciclo da dívida;

j) Sem prejuízo de reconhecer a relevância do debate em torno da dívida externa, Ebenezer Obadare considerou que devemos, antes de mais, colocar-nos questões muito importantes, a respeito da Ajuda externa, designadamente: i) qual é o propósito da Ajuda externa? ii) o que é o Desenvolvimento? iii) o Desenvolvimento pode ser promovido com a Ajuda externa; iv) a Ajuda externa pode tornar rico um país pobre? (há algum exemplo que o demonstre?); v) quem é que a Ajuda externa beneficia? (o doador e/ou o beneficiário?); vi) é de Ajuda externa que precisamos?

k) Para Ebenezer Obadare, quanto mais um país depende da Ajuda, menos democrático se torna, uma vez que essa hiper-dependência leva os governos a procurarem caminhos de governação alternativos, muitas vezes ilícitos, ou então a preferir o comércio à Ajuda;

l) Iolanda Fresnillo concordou com Ebenezer Obadare: a Ajuda externa não vai conduzir ao Desenvolvimento, pois promove e cultiva uma dependência permanente do Sul Global, do interesse do Norte Global;

m) Esse interesse geoestratégico também conduz à manutenção da situação de sobreendividamento do Sul Global, impedindo a sua industrialização;

n) A Ajuda externa, o financiamento privado e outros instrumentos financeiros utilizados pelas organizações multilaterais destinam-se a garantir o acesso dos operadores económicos do Norte Global aos recursos naturais (designadamente minerais) do Sul Global (é neste contexto que o *Global Gateway* tem vindo a priorizar

recursos necessários à transição verde da própria União Europeia);

o) Em geral, o setor privado dos países do Norte Global apenas pretende investir em projetos rentáveis, pelo que o *Global Gateway*, sendo enquadrado como Cooperação para o Desenvolvimento, na verdade, não o deveria ser, pois tem como objetivo garantir os interesses da União Europeia, em primeiro lugar;

p) Ebenezer Obadare recordou a este respeito o economista Samir Amin, quando este dizia que a "Ajuda é a continuação da dominação por outras vias", e alertou para a necessidade de os países do Sul Global deverem evitar cair numa situação de dependência, conducente à perda de soberania;

q) Iolanda Fresnillo considerou, por fim, que devemos apoiar as exigências dos países altamente endividados, no sentido da redução/perdão da dívida pública, mas também é necessário responsabilizar os Governos dos países beneficiários pelo modo como administram a Ajuda externa.

sessão 3

28 de maio de 2025

Crescimento Económico = Desenvolvimento?

Contexto

O objetivo do crescimento económico tem sido assumido como sinónimo de desenvolvimento, constituindo a pedra angular dos enquadramentos políticos globais. No entanto, à medida que o mundo se confronta com desafios sociais, ambientais e de igualdade prementes, este paradigma está a ser cada vez mais questionado. Poderá o crescimento económico, na sua forma tra-

dicional, promover verdadeiramente o desenvolvimento sustentável, ou teremos de adotar uma abordagem mais integrada e multidimensional do desenvolvimento? Poderemos desligar o desenvolvimento do crescimento, ou deverá o crescimento ser redefinido para se alinhar com os objetivos mais amplos do bem-estar humano, da sustentabilidade ecológica e da igualdade social?

A sessão explorou a relação entre crescimento económico e desenvolvimento, analisando as dimensões social, ambiental e distributiva que o PIB, por si só, não consegue captar.

Moderador e participantes

A sessão foi moderada por Sofia Guedes Vaz (filósofa e professora universitária), e contou com a participação de Luísa Fondello (Caritas Europa) e Alfonso Medinilla (*European Centre for Development Policy Management*).

Resumo das intervenções

a) Sofia Guedes Vaz começou por alegar que o contrato social apenas é aceitável se o sistema contribuir para a promover a “vida boa” dos

seres humanos (a “eudaimonia” de Aristóteles). Isto é, se o mesmo conseguir garantir que estes são capazes de viver de acordo com todo o seu potencial, através do exercício da razão e da prática das virtudes;

b) Ora, num determinado momento, o crescimento económico passou a ser considerado como um fim em si mesmo, deixando de se debater se o mesmo era ou não capaz de promover essa ideia de “vida boa”;

c) No entanto, se o crescimento económico infinito não é sustentável (social e ambientalmente), o decrescimento económico também não parece ser viável, nem há evidências que o mesmo seja capaz de resolver todos os desafios de sustentabilidade ambiental do planeta. Temos de nos perguntar, conseqüentemente, se não existirá outro modelo viável;

d) Luísa Fondello recentrou o debate na definição de desenvolvimento económico, alegando que o PIB continua a traduzir-se na expressão monetária dos bens e

serviços produzidos por um país, enquanto indicador, por excelência, do seu desenvolvimento (o crescimento da riqueza de um país, medido pelo PIB, passou também a servir como indicador do poder nas relações internacionais). No entanto, ninguém parece querer perguntar-se “com que objetivo” queremos tanto crescer através da produção de bens e serviços...;

e) Por outro lado, na base do Índice de Desenvolvimento Humano encontramos também o PIB per capita, como um dos principais indicadores de desenvolvimento;

f) A humanidade tem de fazer uma reflexão racional sobre o crescimento económico, perguntando-se o que pretende alcançar, até porque os dados demonstram que a correlação entre aumento do PIB e progresso social não é necessariamente equivalente;

g) A questão principal consiste em saber se existe um modelo de crescimento económico racional

que simultaneamente promova o desenvolvimento social e humano e a sustentabilidade ambiental;

h) A este respeito, verificam-se muitas contradições: por exemplo, os investimentos realizados na transição verde das economias acarretam custos elevados – paradoxalmente também ambientais (por exemplo, a extração, o refinamento, o transporte e o fabrico de baterias de iões de lítio é um processo muito intensivo em termos energéticos, o que significa que as emissões são mais elevadas na fase de produção dos automóveis elétricos a bateria do que num automóvel a combustão interna);

i) A verdade é que os países que mais cresceram e desenvolveram na história da humanidade foram aqueles que mais exploraram recursos dos países do Sul Global. Por essa razão, o debate em torno das estratégias de crescimento sustentável ou do decréscimo deverão fazer-se em diálogo e com respeito pelos atores nacionais e locais do Sul Global;

j) Alfonso Medinilla chamou a atenção para o facto de o crescimento verde (conceito destinado a garantir o crescimento económico a par e para da sustentabilidade ambiental, com foco especial na redução das emissões de gases de efeito estufa) poder acrescentar grandes constrangimentos aos países do Sul Global e limitar a sua autonomia;

k) O Crescimento Verde deve ser desenhado pelos países em desenvolvimento e para esses países, transformando as suas economias de natureza extrativa em polos industriais verdes, através do investimento em energias renováveis e modelos de economia circular, fomentando a inovação e alavancando a cooperação internacional. Esta estratégia envolve uma mudança em direção a processos de produção sustentáveis, eficiência de recursos e foco em tecnologias verdes;

l) A longo prazo, porém, o verdadeiro desafio dos países em desenvolvimento reside na reformulação das suas estratégias industriais e

comerciais para se alinharem com uma economia global descarbonizada, investindo em tecnologias verdes, transcendendo as discussões bilaterais fragmentadas e impondo a sua própria agenda sobre fixação dos preços do carbono (isto é, em vez de simplesmente reagirem aos termos estabelecidos pelas nações mais ricas, os países do Sul Global precisam da influenciar o debate em torno dos desafios e das oportunidades específicos das indústrias de baixo carbono e uso intensivo de energia);

m) Segundo Alfonso Medinilla, os novos modelos de Crescimento Verde nos países em desenvolvimento devem orientar-se por três paradigmas:

i) A independência estratégica, através da aposta em modelos de industrialização alternativos, em vez da dependência nas indústrias extrativas;

ii) O respeito pelo espaço político dos países em desenvolvimento (incluindo imposição de restrições à exportação de recursos e o “nacionalismo de recursos”, enquanto política destinada a garantir que um

país especialmente rico em recursos possa aumentar o controle e benefícios dos recursos naturais dentro de suas fronteiras);

iii) O combate à injustiça financeira nos países em desenvolvimento, o que exige uma abordagem multifacetada, focada na reforma do sistema financeiro internacional, na ampliação do acesso a financiamento acessível e na promoção de práticas comerciais mais justas.

n) Luísa Fondello recordou que as mudanças sistemáticas nas estratégias de crescimento sustentável implicam que os países tenham a possibilidade de participar e discutir nos principais *fora* mundiais, sob pena de o debate continuar a ser liderado e imposto pelos países do Norte Global;

o) Já Alfonso Medinilla considerou que os países do Norte Global devem participar ativamente na diversificação económica e industrialização dos países do Sul Global, o que implica a realização de avultados investimentos públicos;

p) A este respeito, Luísa Fondello alertou para o facto de a transição verde apenas ser viável nos países do Sul Global se for realizada livre de quaisquer condicionalismos e precedida da redução/perdão da dívida, a par da execução de estratégias eficazes de combate à evasão fiscal resultante da extração ilícita de recursos naturais. Os investimentos públicos, liderados pelos países do Sul Global, são sempre uma solução mais adequada e sustentável do que os grandes projetos de investimento privado que muitas vezes prejudicam a vida das comunidades locais;

q) A FfD4, em Sevilha, é uma boa oportunidade para relançar o debate sobre o tema, assim como o Jubileu de 2025 da Igreja Católica (cuja recente nota temática “Jubileu 2025: perdão da dívida ecológica” explica que as economias mais industrializadas são os principais artífices da crise climática, por intermédio também da exploração dos recursos naturais dos países mais pobres, que são privados “dos recursos económicos e infraestruturais necessários

para se adaptarem ou reagirem”, acumulando assim crise económica e crise ambiental, com as inevitáveis consequências sobre o desenvolvimento humano das populações. Nesta perspectiva, o perdão da dívida financeira que onera os países mais pobres não deveria ser encarado como um gesto de solidariedade e generosidade, mas antes como um gesto de justiça reparatória);

r) Ainda segundo Luísa Fondello, os investimentos em grande escala nos projetos de transição verde não serão suscetíveis de promover o desenvolvimento sustentável, se não foram acompanhados de programas destinados a reduzir as grandes desigualdades sociais entre os países do Norte e do Sul Global. De resto, também não há evidências de que as estratégias de decrescimento económico (*degrowth*) sejam capazes de resolver todos os desafios de sustentabilidade ambiental do planeta. No mesmo sentido, o excesso de confiança nas virtudes das tecnologias verdes parece estar afastado das necessidades concretas das comunidades locais;

s) Em todo o caso, a mudança do paradigma de crescimento irá chegar. Só não somos capazes de saber se a mesma vai ocorrer de forma ordenada e alinhada em torno dos interesses da comunidade internacional, ou se chegará de forma caótica e à margem dos interesses dos países, em particular do Sul Global.

sessão 4

29 de maio de 2025

Democracia no vazio: pode a Democracia por si só gerar Desenvolvimento?

Contexto

Durante décadas, a opinião dominante foi a de que a democracia é essencial para o desenvolvimento, sendo a democracia liberal ocidental vista como a chave para o progresso económico e social. Mas e se o desenvolvimento não precisar da democracia para prosperar? Poderão os países

alcançar um crescimento sustentável sem adotar modelos democráticos liberais, ou será a própria democracia uma condição necessária para um verdadeiro desenvolvimento? O crescimento controlado pelo Estado na China e as formas emergentes de governação na África Oriental e Austral são vias alternativas para a prosperidade? Em suma, o desenvolvimento conduz à democracia ou podem sistemas políticos com abordagens diferentes impulsionar o progresso económico?

Ao reconsiderarmos o significado de democracia em diversos contextos globais, podemos aprofundar os conceitos interligados de boa governação, prosperidade e desenvolvimento humano. O que é que a boa governação pressupõe realmente e como se relaciona com o desenvolvimento sustentável? O progresso e o desenvolvimento humano podem ser alcançados na ausência de instituições democráticas liberais, ou requerem estruturas políticas específicas? Será que o progresso depende de mais do que apenas

modelos de governação, englobando factores como a estabilidade económica, o acesso a serviços básicos e o bem-estar social?

Moderador e participantes

A sessão foi moderada por Hélder Gomes (jornalista), e contou com a participação de Samuel Sharp (*Overseas Development Institute*) e Alexandra Magnólia Dias, (Departamento de Estudos Políticos na Universidade NOVA de Lisboa).

Resumo das intervenções

a) Samuel Sharp começou por destacar que os regimes democráticos parecem ter melhor desempenho na promoção dos serviços sociais e educação e saúde, enquanto que os regimes autocráticos têm geralmente maior sucesso na promoção do crescimento económico. Há também países autocráticos capazes de promover simultaneamente o crescimento e o desenvolvimento (como os países do Golfo Pérsico). O progresso não está ligado de forma indissociável à Democracia;

b) Alexandra Magnólia Dias recordou também que a Democracia pode transformar-se num exercício de legitimação interna e externa das lideranças autocráticas (foi o caso da Etiópia e do Ruanda). No início dos anos 1990, a abertura dos sistemas políticos africanos ao multipartidarismo e a realização de eleições democráticas, acabaram por ser ter esse efeito;

c) Na prática, a avaliação que fazemos do sucesso ou insucesso dos processos democráticos é muito superficial. Por exemplo, na Etiópia, Abiy Ahmed tornou-se na *darling of the West*, ao ter conseguido alcançar a paz com a Eritreia – fenómeno semelhante sucedeu com Paul Kagame no Ruanda –, muito embora ambos os países tenham adotado modelos de governação cada vez mais autocráticos;

d) De resto, muitos países africanos distanciaram-se de um dos princípios que estiveram na base da própria criação da União Africana: a “tolerância zero” à conquista do poder através de golpes de Estado;

e) Atualmente, a referida regra começa a tornar-se a exceção, destacando-se ainda assim o caso das Maurícias, de Cabo Verde e do Botsuana, como exemplos de garantia dos processos de alternância democrática, em contraponto como o Burkina Faso, o Mali e o Níger, cujos regimes autocráticos foram recentemente estabelecidos através de golpes de Estado militares;

f) No caso dos países do Sahel, o falhanço da Ajuda dos doadores internacionais e o abandono de regras de condicionalidade política foram decisivos na criação de condições favoráveis à tomada do poder pela força, situação oportunamente aproveitada pela China e pela Rússia;

g) Em muitos países do continente africano, os partidos do poder acabaram por se organizar internamente com o objetivo de manterem o *status quo*, através de processos de legitimação democrática. A necessidade de sobrevivência das lideranças políticas condiciona a forma como elas lidam com os

atores internacionais e negociam a sua própria perpetuação no poder;

h) Os líderes africanos garantem a sua perpetuação no poder negociando o acesso facilitado aos seus recursos naturais junto dos atores internacionais, independentemente da natureza mais ou menos democrática dos seus regimes políticos (por exemplo, os BRICS, a Turquia e os Emirados Árabes Unidos);

i) Para que os cidadãos confiem nas vantagens do modelo democrático, o Estado tem de ser capaz de garantir a melhoria das condições de vida. A democracia não pode ser uma “fachada”, pelo que as lideranças políticas devem ser responsabilizadas. Para o efeito, é fundamental fortalecer o papel das organizações da sociedade civil;

j) A Ajuda externa não torna os países democráticos – a democracia obedece sempre a tendências domésticas. Assim, é fundamental compreender que condições são capazes de garantir a defesa do ideal

democrático no seio dos partidos políticos e nas organizações da sociedade civil, assim como os riscos que o podem pôr em causa (designadamente o controlo social dos meios de comunicação social pelo Estado ou a manipulação dos conteúdos das redes sociais);

k) A democracia promove as liberdades e a defesa do espaço cívico, mas não garante necessariamente o desenvolvimento dos países.

sessão 5

30 de maio de 2025

Pós-Ajuda ou Pós-Desenvolvimento? Repensar o Financiamento Global

Contexto

O panorama mundial do financiamento para o desenvolvimento está a sofrer profundas transformações. Os compromissos tradicionais dos doadores estão a diminuir, estão a surgir novos financiadores e é cada vez mais difícil para os países

beneficiários encontrarem o apoio financeiro de que necessitam para o desenvolvimento, especialmente tendo em conta o desaparecimento dos compromissos de solidariedade internacional.

Estas mudanças assinalam o advento de uma Era Pós-Ajuda - ou uma mudança mais fundamental para um Paradigma Pós-Desenvolvimento? Qual tem sido a evolução do papel das finanças públicas internacionais, e que fatores políticos e económicos que estão a alterar as prioridades dos doadores e as respetivas implicações para a cooperação para o desenvolvimento? À medida que os compromissos tradicionais de Ajuda diminuem e os interesses geopolíticos remodelam o financiamento para o desenvolvimento, qual será o futuro da Ajuda? Irá persistir sob novas formas, ou estamos a assistir à erosão da solidariedade e à transformação definitiva da Ajuda num instrumento de política externa? Num mundo em que os doadores estão cada vez mais relutantes em contribuir, quais são as consequen-

cias para a cooperação internacional e o desenvolvimento global?

Moderador e participantes

A sessão foi moderada por Tiago de Matos Fernandes (consultor de desenvolvimento internacional), e contou com a participação de Yunnan Chen (*Overseas Development Institute*).

Resumo das intervenções

a) Yunnan Chen começou por considerar que o papel da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) é cada vez menos relevante, tanto no que respeita ao volume dos fluxos financeiros, como na narrativa política que a suporta;

b) Paralelamente, surgem modelos alternativos de investimento e financiamento com origem nas economias emergentes (em particular, a China), os quais desafiam o paradigma das relações Norte-Sul ao longo dos últimos 50 anos;

c) Isto não quer dizer que os modelos tradicionais de financiamento

da Ajuda tenham deixado de existir, ou que o Desenvolvimento seja menos importante do que era, mas a forma como os fluxos de capital são transferidos para os beneficiários finais da Ajuda está a mudar, e continuará a mudar nos próximos anos;

d) A China não é o único ator a agitar as fundações da arquitetura do financiamento da APD, mas é certamente um dos mais importantes;

e) Tradicionalmente, a APD foi desenhada em contraste com outras formas de financiamento (como os créditos de exportação e os demais instrumentos de financiamento de projetos);

f) Na era do pós-guerra fria (nas décadas de 1990 e 2000), assistiu-se à era dourada do Desenvolvimento e da APD, tendo alguns países do norte da Europa atingido o objetivo de contribuir com um mínimo de 0.7% do Produto Interno Bruto para a APD. Paralelamente, a Ajuda prestada foi desligada dos respetivos interesses nacionais, em linha

com as recomendações da OCDE. Nesta era, a APD assumiu um papel fundamentalmente altruísta, focado na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento;

g) No período que se seguiu à crise financeira global de 2008, as políticas de austeridade e de concorrência puseram à prova esse paradigma e limitaram os recursos destinados à Ajuda. Por outro lado, as políticas de adaptação e mitigação às Alterações Climáticas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2025 colocaram cada vez mais pressão sobre os recursos financeiros disponíveis, cada vez mais escassos. O enquadramento, as regras e as normas que suportam a forma como vemos a APD alteraram-se a partir da década de 2010, em resposta a estas pressões externas;

h) Simultaneamente, a China tornou-se num dos mais importantes parceiros comerciais dos países em desenvolvimento, tendo assumido compromissos financeiros, na forma de empréstimos, que ascenderam a

1 trilião de dólares americanos nos últimos 20 anos. O financiamento disponibilizado pela China foi canalizado através de diversas iniciativas, plataformas e instituições (por exemplo, o *Forum on China-Africa Cooperation*, a *Belt and Road Initiative*, a *Global Development Initiative*, o *Asian Infrastructure Investment Bank*, o *New Development Bank*, etc);

i) No entanto, a China não é um doador no sentido tradicional: tem um orçamento para Ajuda externa, mas não atribui subvenções (por exemplo, uma grande parte dos fluxos financeiros da *Road and Belt Initiative* são canalizados na forma de empréstimos e créditos à exportação). O EXIM (Export-Import Bank of China) é o maior credor internacional, mas limita-se também a conceder empréstimos e créditos à exportação;

j) Os instrumentos de financiamento da ação externa da China não têm um objetivo altruísta e não podem ser considerados como modalidades de Ajuda – a China

utiliza-os para promover exportação dos seus bens e serviços. Os instrumentos disponíveis destinam-se a ser usados por fornecedores chineses e empresas públicas chinesas, com recurso a tecnologia e equipamento chineses, sobretudo em África, onde as infraestruturas são mais escassas. A China acabou por preencher as lacunas dos doadores multilaterais e bilaterais tradicionais em matéria de financiamento (até porque o financiamento de grandes projetos de infraestruturas é, na verdade, muito arriscado);

k) Nos países da OCDE, a Ajuda geralmente é vista de forma altruísta, assente no binómio doador-beneficiário da Ajuda, distinguindo as subvenções dos créditos à exportação (apenas para atividades comerciais) e dos empréstimos não concessionais;

l) Por outro lado, no mesmo grupo de países, não só há diferentes tipos de instituições (multilaterais, bilaterais, etc) e de condicionalidades aplicáveis ao financiamento da Ajuda externa, como a dívida pública

dos países beneficiários é gerida de acordo com as normas do “Clube de Paris” (grupo informal de países credores que, embora não possua existência jurídica reconhecida, tem como objetivo encontrar soluções coordenadas e sustentáveis para ajudar os países endividados a resolver o problema da dívida);

m) Ora, a China nunca quis tornar-se membro da OCDE, nem segue as normas do Clube de Paris (o que, de resto, tem causado constrangimentos significativos aos países mutuários), embora integre algumas iniciativas de perdão da dívida do G20 (note-se que a China é o maior credor bilateral dos países em desenvolvimento, quase na mesma dimensão de todos os países que integram o Clube de Paris);

n) Na verdade, a China vê-se a si própria como um país em desenvolvimento, e utiliza os seus instrumentos financeiros de acordo com as conveniências da sua política externa (a Ajuda é concessional, mas não segue a modalidade de subvenções;

os créditos à exportação e o financiamento de projetos destinam-se a apoiar as suas próprias indústrias; a Ajuda é ligada, pelo que os bens e serviços são prestados por fornecedores chineses; finalmente, a Ajuda depende do reconhecimento de que Taiwan integra o território chinês);

o) Em resposta, os países da OCDE atualizaram as suas regras sobre a forma de contabilização da APD: além da atualização do “Acordo sobre Créditos à Exportação com Apoio Oficial” (atualmente designado apenas por “Arranjo da OCDE”), passaram a contabilizar os empréstimos não concessionais, as garantias e as participações no capital social de empresas (*equity*) como APD. Na prática, a Ajuda financeira, na forma de subvenções, passou a ser considerada como um instrumento destinado a alavancar capital privado (princípio da “adicionalidade”);

p) Na prática, a divisória que separava a APD dos outros instrumentos da Ajuda está a perder nitidez. Do lado da União Europeia, é bastante

visível essa tendência, através da iniciativa *Global Gateway* (alocação de 300 biliões de euros até ao ano de 2027, na forma de Ajuda, garantias e créditos à exportação, através do apoio a sectores de interesse comercial da União Europeia, tendo em vista garantir a segurança económica da Europa);

q) O fim da USAID e todas as demais mudanças estruturais demonstram que a APD perdeu relevância, passando a ser apenas mais um instrumento da política externa, tanto da China, como dos países do Norte Global. Ou seja, diferenças entre modalidades mais tradicionais e modernas de APD tendem a desaparecer;

r) Note-se, por fim, que, inversamente, a própria China também se vem aproximando de alguns dos modelos de gestão da Ajuda externa utilizados no Ocidente, ao criar uma nova agência de desenvolvimento (a “CIDCA”), em 2018, e ao lançar o “Global Development Initiative” em 2021;

s) Paralelamente, a China tem vindo a adotar uma abordagem mais cautelosa da sua intervenção nos países terceiros, evitando a exposição ao crédito malparado, através da intervenção de um conjunto mais diversificado de entidades mutuantes (públicas e privadas) e modalidades de financiamento mais conservadoras.

